

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****ANEXO II**

TERMO DE ADESÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 081/2021, CELEBRADO ENTRE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo SEI CNJ nº 03138/2021).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ – MP-AP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Araxá, S/N, Bairro do Araxá, CEP 68.903-883 - Município de Macapá, Estado do Amapá, devidamente inscrito no CNPJ nº 34.869.354/0001-99, doravante denominado MP-AP, neste ato representado pela Exm^a. Sr^a. Procuradora-Geral de Justiça, **Dr^a. IVANA LÚCIA FRANCO CEI**, CPF Nº 223.200.242-04, no uso das suas atribuições legais e regimentais, em especial o Decreto nº 4.172/2020-GEA, de 04/12/2020, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº. 081/2021**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça** e o **Conselho Nacional do Ministério Público**, que tem por finalidade o desenvolvimento e uso colaborativo da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br pelo CNMP, com ênfase na modernização do Processo Judicial eletrônico — Ple para o aperfeiçoamento de seus mecanismos de integração com as soluções tecnológicas utilizadas pelo Ministério Público e pelos demais integrantes do sistema de Justiça brasileiro, ficando o CNMP com a função de orquestrador dos órgãos dos Ministérios Públicos, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O presente **Termo de Adesão** passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica n. 081/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, este Ministério Público do Estado do Amapá - MP-AP assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
IVANA LÚCIA FRANCO CEI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA



Assinado eletronicamente por **IVANA LUCIA FRANCO CEI, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Amapá**, em 03/05/2022, às 12:48, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL****ANEXO I****TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ – MP/AP, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Araxá, S/N, Bairro do Araxá, CEP 68.903-883 - Município de Macapá, Estado do Amapá, devidamente inscrito no CNPJ nº 34.869.354/0001-99, doravante denominado MP-AP, neste ato representado pela Exm^a. Sr^a. Procuradora-Geral de Justiça, **Dr^a. IVANA LÚCIA FRANCO CEI**, CPF Nº 223.200.242-04, no uso das suas atribuições legais e regimentais, em especial o Decreto nº 4.172/2020-GEA, de 04/12/2020, apresenta o presente **TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE** e, por seu intermédio, o MP-AP obriga-se a não divulgar, sem autorização do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**, segredos e informações confidenciais de sua propriedade, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA -O MP-AP reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo **CNJ**, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações sigilosas. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas física ou jurídica não autorizadas, sem a expressa autorização do **CNJ**.

Parágrafo primeiro. As informações consideradas sigilosas para o presente **TERMO** são aquelas de interesse restrito ou confidencial do **CNJ**, cujo conhecimento não pode ser dado a terceiros, em especial: Os dados armazenados em arquivos ou bases de dados disponibilizados pelo CNJ, sejam elas originárias das bases de dados do próprio órgão, tal como DataJud, sejam bases de dados de outros órgãos ou instituições obtidas a partir de cooperação junto ao CNJ, além de informações confidenciais para fins de uso em pesquisa ou qualquer outra atividade tal como processamento em softwares e modelos de inteligência artificial.

Parágrafo segundo. O **MP-AP** reconhece ser a lista acima meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas em segredo.

CLÁUSULA SEGUNDA -O MP-AP reconhece que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação essa deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **CNJ**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **CNJ** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA -O MP-AP reconhece expressamente que ao término da atividade que demandou a formalização do presente Termo deverá entregar ao **CNJ** todo e qualquer material fornecido, inclusive anotações envolvendo informações sigilosas relacionadas, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. O MP-AP também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade junto ao **CNJ**.

CLÁUSULA QUARTA — O MP-AP obriga-se perante o **CNJ** a lhe informar imediatamente qualquer violação das regras de sigilo por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após o encerramento do ACT e do Termo de Adesão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O MP-AP não deverá utilizar qualquer informação para fim diverso daquele destinado à execução de suas atividades e objetivos discriminados no ACT.

CLÁUSULA OITAVA - Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Neste caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

CLÁUSULA NONA - Toda e qualquer modificação concernente às condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, em privilégio a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
Procuradora de Justiça Dr^a. IVANA LÚCIA FRANCO CEI
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

